DocuSign Envelope ID: 6A43704D-C76B-4A79-BD9A-EBA05B5F495B

Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.

CNPJ 02.340.752/0001-27

Relatório da Administração - Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de Reais)*

www.petrom.com.br

Relatório da Administração: Apresentamos aos senhores acionistas e ao mercado, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. A administração da companhia agradece o empenho de todos e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos. Mogi das Cruzes, 22 de março de 2024. *A Administração*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**138.556**	**149.394**
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.315	28.297
Contas a receber	5	32.081	31.114
Estoques	6	61.876	65.497
Impostos a recuperar	7	21.373	23.564
Despesas antecipadas		557	603
Outros ativos		354	319
Não circulante		**43.808**	**44.530**
Contas a receber	5	57	63
Depósitos judiciais		877	877
Imobilizado	9	42.410	43.095
Intangível	10	464	495
Total do ativo		**182.364**	**193.924**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**55.941**	**69.296**
Fornecedores	12	6.638	12.372
Empréstimos	11	6.276	5.785
Obrigações tributárias	13	4.351	10.353
Obrigações trabalhistas	14	3.676	5.786
Dividendos a pagar	16	35.000	35.000
Não circulante		**1.055**	**1.055**
Provisão para contingências	15	1.055	1.055
Patrimônio líquido	16	**125.368**	**123.573**
Capital social		60.000	30.000
Reserva legal		707	8.999
Reserva de lucros		64.661	84.574
Total do passivo e patrimônio líquido		**182.364**	**193.924**

Demonstrações do resultado

	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas	17	340.486	412.969
Custo dos produtos vendidos	18	(285.706)	(312.017)
Lucro bruto		**54.780**	**100.952**
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(16.773)	(16.157)
Despesas com vendas	18	(15.960)	(22.370)
Outras receitas líquidas não operacionais	18	921	11.996
Resultado antes do resultado financeiro		**22.968**	**74.421**
Receitas líquidas financeiras	19	7.403	13.466
Despesas financeiras	19	(9.291)	(13.171)
Resultado financeiro líquido		**(1.888)**	**295**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**21.080**	**74.716**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	20	(6.939)	(24.802)
Lucro líquido do exercício		**14.141**	**49.914**
Quantidade de ações (unidade)		18.000.000	18.000.000
Resultado por ação - básico (em R$)		**0,7856**	**2,7730**

Demonstrações do resultado abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**14.141**	**49.914**
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**14.141**	**49.914**
Quantidade de ações (unidade)	18.000.000	18.000.000
Resultado por ação - básico (em R$)	**0,7856**	**2,7730**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro líquido acumulado	Total
Saldos em 31/12/2021	**30.000**	**6.503**	**77.142**	**-**	**113.645**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	49.914	**49.914**
Destinações					
Constituição da reserva legal	-	2.496	-	(2.496)	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(11.855)	**(11.855)**
Dividendos propostos	-	-	-	(28.131)	**(28.131)**
Destinação de lucros acumulados	-	-	7.432	(7.432)	**-**
Saldos em 31/12/2022	**30.000**	**8.999**	**84.574**	**-**	**123.573**
Aumento do Capital com reserva legal	8.999	(8.999)	-	-	**-**
Aumento do Capital com reserva de lucros	21.001	-	(21.001)	-	**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.141	**14.141**
Destinações					
Constituição da reserva legal	-	707	-	(707)	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.359)	**(3.359)**
Dividendos propostos	-	-	(8.987)	-	**(8.987)**
Destinação de lucros acumulados	-	-	10.075	(10.075)	**-**
Saldos em 31/12/2023	**60.000**	**707**	**64.661**	**-**	**125.368**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	14.141	49.914
Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5.039	4.318
Ganho na alienação de imobilizado e investimento	-	158
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(59)	-
Constituição de provisão para contingência	-	(54)
	19.121	**54.336**
Aumento líquido/(redução) de ativos e passivos: Contas a receber	(902)	(6.038)
Estoques	3.621	(29.000)
Impostos a recuperar	2.191	(16.919)
Outras contas a receber	11	50
Fornecedores	(5.734)	6.869
Obrigações trabalhistas e tributárias	(8.112)	(1.977)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**10.196**	**7.321**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilzado	(4.189)	(9.785)
Aquisição de intangível	(134)	(292)
Caixa (usado) das atividades de investimentos	**(4.323)**	**(10.077)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(12.346)	(14.287)
Pagamentos de empréstimos com partes relacionadas	-	(12)
Captação de empréstimos e financiamentos	491	1.347
Caixa (usado) nas atividades de financiamentos	**(11.855)**	**(12.952)**
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(5.982)**	**(15.708)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.297	44.005
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.315	28.297
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(5.982)**	**(15.708)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A. (Companhia), localizada na Rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro, Km 9, Mogi das Cruzes, São Paulo, iniciou suas atividades em 1998 como uma Sociedade Limitada e, em 02/01/2004, transformou-se em Sociedade por Ações de Capital Fechado, tendo como atividade: a indústria, comércio, importação e exportação de anidrido ftálico, plastificantes, ácido maleico, anidrido maleico, ácido fumárico, resinas e produtos químicos em geral; a industrialização e transformação de produtos químicos e de matérias-primas, especialmente para as indústrias químicas, comércio; a exportação e importação de produtos químicos e de matérias-primas, especialmente para as indústrias químicas; a industrialização e comércio de matéria-prima utilizada na fabricação de produtos para alimentação humana e animal; a participação em outras sociedades e representação comercial por conta de terceiros. **1.1. Continuidade operacional -** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A aprovação da Administração para conclusão e emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2023, ocorreu no dia 28/03/2024. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: Base de preparação - i. Declaração de conformidade -** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **ii. Base de mensuração -** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **iii. Uso de estimativas e julgamentos -** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, provisão para créditos duvidosos, Imposto de Renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza, em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir: • **Nota Explicativa 5** – Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD); • **Nota Explicativa 9** – depreciação acumulada do ativo imobilizado; e • **Nota Explicativa 15** – provisão para contingências. **iv. Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Apuração do resultado -** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita é mensurada com a base no valor justo de contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre a venda ou prestação de serviço. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita. **i) Venda de produtos -** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador. A seguir, estão detalhados os procedimentos de reconhecimento de receita para as Companhia: A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: • Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; • Identificação das obrigações de desempenho contratadas; • Determinação do preço da transação; • Alocação do preço às obrigações de desempenho; • Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. Mais especificamente, a receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **ii) Receita financeira -** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **b) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com liquidez diária e resgatáveis com o próprio emissor, e com risco insignificante de mudança de valor, ou seja, um montante conhecido de caixa que possui pouca probabilidade de ter seu valor não realizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **c) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a perda estimada com liquidação de devedores duvidosos. **d) Ativos financeiros - Classificação -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (iii) valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **Reconhecimento e mensuração -** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado -** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **Desreconhecimento de ativos financeiros -** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **e) Passivos financeiros - Reconhecimento e mensuração -** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente -** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **Custos de empréstimos -** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **Desreconhecimento de passivos financeiros -** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **f) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge -** A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de hedge nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. **g) Estoques -** Avaliados ao custo médio de aquisição e transformação, não excedendo o seu valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado dos produtos é constituída quando o valor justo registrado no estoque exceder o seu valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo. **h) Arrendamentos -** O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Administração avaliou que para o exercício findo em 31/12/2023, não tem impacto em suas demonstrações contábeis. A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções: **i)** Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º/01/2019, que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2); **ii)** Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º/01/2019 igual ou inferior a 12 meses: a Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes; **iii)** Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; **iv)** Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente). Adicionalmente, a Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem. **i) Imobilizado -** Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada, mas não pela redução ao valor recuperável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue: **Descrição:** Edificações - 25 anos; Máquinas e equipamentos - 5 anos; Veículos - 5 anos; Móveis e utensílios - 10 anos; Equipamentos de informática - 5 anos; Instalações - 5 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **j) Intangível -** A Companhia possui licenças de software e marcas e patentes como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor de seus ativos tangíveis e intangíveis, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **l) Provisões -** Reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **m) Tributação -** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido, quando aplicável, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil por ano para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando existente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes utilizadas no cálculo do lucro tributável. **n) Outros benefícios a empregados -** Os benefícios concedidos a empregados da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias e 13º salário), a oferta de planos de saúde, seguro de vida e restaurante. O vale-transporte segue a legislação em vigor. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. A Companhia não mantém benefícios de remuneração com base em ações, benefícios de demissão, planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes após sua saída da Companhia. **o) Outros ativos e passivos -** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Exceto quanto ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, os demais ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 -** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros -** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis -** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro - i. Imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação -** Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia. **d) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros -** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **q) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estaram em vigor em 31 de dezembro de 2023 -** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, a saber: **a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2):** acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025; A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa	5	5
Banco - conta/movimento	154	516
Aplicações financeiras	22.156	27.776
	22.315	**28.297**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber	32.537	31.635
(-) Perda Esperada para Créditos de Liquidação	(399)	(458)
	32.138	**31.177**
Circulante	32.081	31.114
Não circulante	57	63
Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:	**2023**	**2022**
A vencer	**32.138**	**31.177**
Vencidos: Vencidos acima de 180	399	458
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(399)	(458)
	32.138	**31.177**

A Companhia reconhece a provisão para Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), após análise individualizada dos clientes. Além disso, a Administração da Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias. A Administração da Companhia constitui provisão para Perda Esperada para Créditos De Liquidação Duvidosa (PECLD) em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 399 (R$ 458 em 2022):

	2023	2022
Saldo inicial	**(458)**	**(484)**
Reversão por recebimento	59	26
Reversão por revisão da estimativa	-	-
Saldo final	**(399)**	**(458)**

6. Estoques

	2023	2022
Produtos acabados	21.227	25.628
Matéria-prima	37.271	36.121
Mercadorias	199	351
Produtos em elaboração	27	236
Almoxarifado	3.152	3.161
	61.876	**65.497**

7. Impostos a recuperar

	2023	2022
ICMS a recuperar	13.793	11.909
PIS/COFINS - base de cálculo ICMS **(a)**	6.401	9.858
IPI a recuperar	1.135	1.772
Outros	44	25
	21.373	**23.564**

(a) Exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base cálculo do Programa Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Em 20 de julho de 2017, a Companhia impetrou mandado de segurança, processo nº 5001566-05.2017.4.03.6103, objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como do reconhecimento do seu direito de recuperar os valores indevidamente recolhidos a este título desde março de 2017, corrigidos pela taxa SELIC. Em 17 de maio de 2019, foi proferida a sentença, por meio da qual a Justiça Federal de 1º grau considerou a não incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo tramitou pela Justiça Federal de 2º Grau, sendo mantida a sentença favorável para a Companhia, inclusive com efeito retroativo a 15 de março de 2017 para devolução do que foi pago a maior conforme modulação do STF. Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento relacionado a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, decidindo dessa forma sobre os embargos de declaração interpostos pela União Federal contra a decisão proferida no RE nº 574.706 e, dentre os diversos pontos apresentados no recurso fazendário, foi definido que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS, portanto, devendo ser excluído da base de cálculo das contribuições o valor do ICMS destacado em notas fiscais de venda. A sentença proferida em 17 de maio de 2019 foi utilizada pela Companhia desde janeiro de 2020 até março de 2021 e considerou a metodologia de exclusão do valor do ICMS da base do PIS e da COFINS conforme apurado e recolhido mensalmente (COSIT). Com a conclusão do STF ocorrida em 13 de maio de 2021, a Companhia mudou a metodologia e passou a considerar desde abril de 2021 a metodologia do ICMS destacado em notas fiscais de venda. Em Dezembro de 2021, a Companhia obteve decisão favorável transitado em julgado para o processo 5001566-05.2017.4.03.6103, que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tal decisão compreende o período de apuração dos referidos tributos de março de 2017 a março de 2021, uma vez que a Companhia desde abril de 2021 passou a excluir o ICMS destacado em nota fiscal de venda. Como consequência desse trânsito em julgado, os direitos decorrentes de tais ações deixaram de representar ativos contingentes, e em 31 de dezembro de 2021, naquela oportunidade a Administração da Companhia ainda não dispunha das informações suficientes e confiáveis para realizar uma estimativa do montante recuperável de créditos relativos ao referido período de apuração. Em continuidade ao processo de mensuração e reconhecimento a Companhia registrou no exercício de 2022 o ganho processual relativo aos créditos decorrentes da ação de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como ingressou com o pedido de habilitação dos referidos créditos junto à Receita Federal do Brasil, sendo reconhecido o montante de R$ 13.999 mil na rubrica "Outras receitas (despesas) líquidas" relacionado ao recálculo do imposto, e o montante de R$ 2.966 mil na rubrica de "Receitas financeiras", relacionado a atualização do cálculo do imposto, totalizando o impacto no lucro líquido do exercício de R$ 12.205 mil, já líquidos do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CS) sobre o ganho apurado no montante R$ 4.760 mil. **8. Partes relacionadas: 8.1. Remuneração do pessoal-chave -** A remuneração dos diretores e conselho de Administração que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R$ 748 (R$ 673 em 2022) e com benefício concedido de uso de veículos aos diretores. No exercício de 2023, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

9. Imobilizado:

Custo	Terrenos	Maquinismo	Prédios e Benfeitorias	Instalações	Veículos	Moveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Benfeitorias Ambientais	Sub-total	Imob. em Andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro/2022	**1.506**	**68.122**	**9.867**	**25.651**	**358**	**2.808**	**1.123**	**15.206**	**124.641**	**2.010**	**126.651**
Adições	-	3.554	193	1.190	-	235	221	-	5.393	10.088	**15.481**
Baixas	-	(1.522)	(18)	-	-	(110)	-	-	(1.650)	(5.696)	**(7.346)**
Saldo em 31 de dezembro/2022	**1.506**	**70.154**	**10.042**	**26.841**	**358**	**2.933**	**1.344**	**15.206**	**128.384**	**6.402**	**134.786**
Adições	-	2.292	410	729	29	121	128	-	3.709	480	**4.189**
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Saldo em 31 de dezembro/2023	**1.506**	**72.446**	**10.452**	**27.570**	**387**	**3.054**	**1.472**	**15.206**	**132.093**	**6.822**	**138.975**
Depreciação Acumulada											
Saldo em 1º de janeiro/2022	**-**	**(59.221)**	**(3.785)**	**(22.726)**	**(343)**	**(2.006)**	**(934)**	**-**	**(89.015)**	**-**	**(89.015)**
Adições	-	(2.687)	(363)	(1.076)	(8)	(143)	(50)	-	(4.327)	-	**(4.327)**
Baixas	-	1.525	16	-	-	110	-	-	1.651	-	**1.651**
Saldo em 31 de dezembro/2022	**-**	**(60.383)**	**(4.132)**	**(23.802)**	**(351)**	**(2.039)**	**(984)**	**-**	**(91.691)**	**-**	**(91.691)**
Adições	-	(3.143)	(363)	(1.109)	(9)	(138)	(112)	-	(4.874)	-	**(4.874)**
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Saldo em 31 de dezembro/2023	**-**	**(63.526)**	**(4.495)**	**(24.911)**	**(360)**	**(2.177)**	**(1.096)**	**-**	**(96.565)**	**-**	**(96.565)**
Saldo Liquido											
Em 31 de dezembro de 2022	1.506	9.771	5.910	3.039	7	894	360	15.206	36.693	6.402	**43.095**
Em 31 de dezembro de 2023	1.506	8.920	5.957	2.659	27	877	376	15.206	35.528	6.882	**42.410**
Taxa anuais medias de depreciação (%)	**20**	**4**	**20**	**20**	**10**	**20**					

A Companhia revisou a estimativa de vida útil dos ativos imobilizados para o exercício de 2023, e não foram identificadas diferenças significativas em relação às taxas de depreciação aplicadas. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias e sinais de obsolescência. Bens dados em garantia - (Nota Explicativa 11). **10. Intangível:**

Custo	Software	Marcas Patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.384**	**11**	**2.395**
Adições	292	-	292
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.676**	**11**	**2.687**
Adições	134	-	134
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.810**	**11**	**2.821**
Depreciação Acumulada	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(2.060)**	**(10)**	**(2.070)**
Adições	(122)	-	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.182)**	**(10)**	**(2.192)**
Adições	(165)	-	(165)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(2.347)**	**(10)**	**(2.357)**
Saldo Liquido			
Em 31/12/2022	494	1	**495**
Em 31/12/2023	463	1	**464**
Taxa anuaide amortização %	20	10	

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **11. Empréstimos**

Modalidade	Taxa de juros (%)	2023	2022
Em moeda nacional			
Banco do Brasil - ACC	US$ + 4,9% a.a.	6.276	3.985
Banco do Brasil - Capital de Giro	CDI + 3,95% a.a.	-	1.800
		6.276	**5.785**
		6.276	**5.785**

Garantias - Para os empréstimos atrelados à aquisição de ativos imobilizados, FINAME, e de forma a garantir o pagamento de qualquer valor relacionado aos contratos, a Companhia constituiu garantia com a alienação fiduciária da totalidade dos equipamentos adquiridos e alienados. Para os contratos de capital de giro, a Companhia constituiu garantia através de duplicatas a vencer. A Companhia não está sujeita a outras cláusulas restritivas. **12. Fornecedores:** Refere-se a contas a pagar a fornecedores basicamente de mercadorias e serviços, sem a incidência de encargos financeiros. São, geralmente, liquidadas em prazos de 30 a 75 dias:

	2023	2022
Fornecedores de matéria-prima - nacionais	6.439	12.174
Fornecedores de matéria-prima - internacionais	199	197
	6.638	**12.371**

13. Obrigações tributárias:

	2023	2022
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL)	259	3.220
IRRF a recolher	369	618
ICMS a recolher	3.698	6.471
ISS a recolher	9	19
PIS/COFINS/CSLL retidos	16	25
	4.351	**10.353**

14. Obrigações trabalhistas:

	2023	2022
Salários e encargos sociais	1.244	3.289
Provisão para férias e encargos sociais	2.432	2.497
	3.676	**5.786**

Em 31/12/2023, a Companhia não oferecia benefícios pós-emprego, e não havia benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores. **15. Provisão para contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrente do curso normal de operações envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

	2023	2022
Tributários	1.033	1.033
Trabalhistas	22	22
	1.055	**1.055**

A movimentação da provisão para demandas judiciais está demonstrada, conforme a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	**1.055**	**1.083**
Baixas	-	(28)
Adições	-	-
Saldo Final	**1.055**	**1.055**

a) Natureza das contingências - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contin/gências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios. **b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço -** Em 31/12/2023, mantém os valores anteriormente mencionados, e não foram computados nos montantes acima os valores de R$ 75 mil decorrentes de causas trabalhistas (R$ 169 em 2022), cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda da parte contrária, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis. **Supremo Tribunal Federal (STF) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária -** Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Companhia conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração da Companhia avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2023. **16. Patrimônio líquido: a) Capital social -** Em 31/12/2023, o capital social, totalmente subscrito e integralizado da Companhia era de R$ 60.000.000,00 (Sessenta milhões de reais), dividido em 18.000.000 (dezoito milhões) de ações nominativas sem valor nominal. Em 04/04/2023, pela Ata de Assembleia Geral Extraordinária, após a manifestação favorável dos Administradores da Companhia foi deliberado o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 30.000 (Trinta milhões de reais), passando dos atuais 30.000 (Trinta milhões) para 60.000 (Sessenta milhões de reais), sem a emissão de novas ações, uma vez que a integralização do valor aumentado será efetuada nesta data, mediante a capitalização da totalidade do saldo da conta de "Reserva Legal" no valor R$ 8.999 (Oito milhões novecentos e noventa e nove mil) e de parte do saldo da conta de "Reserva de lucros" no valor 21.001 (Vinte e um milhões e um mil). **b) Reserva legal -** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. A reserva para investimentos e capital de giro está representada pelos lucros não distribuídos. **c) Dividendos e juros sobre o capital próprio -** Conforme disposição estatutária aos acionistas, estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A distribuição do lucro do exercício de 2023 e 2022, está disposta da seguinte forma:

	2023	2022
Saldos iniciais do exercício	**35.000**	**9.301**
(+) Dividendo mínimo obrigatório	3.359	11.855
(+) Dividendo adicional proposto no exercício	8.987	28.131
(=) Dividendos do exercício	**12.346**	**39.986**
(-) Pagamentos de dividendos, conforme ata (a)	12.346)	(14.287)
(=) Saldos finais do exercício	**35.000**	**35.000**

(a) Em 28/12/2023, pela Ata de Reunião do Conselho de Administração, sendo a ordem do dia a deliberação de distribuição de lucros aos acionistas no valor de R$ 12.346 (doze milhões, trezentos e quarenta e seis mil reais), retidos da conta de "Reserva de Lucros" já aprovados o qual serão pagos conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, inclusive já consistentes com as devidas constituições realizadas no exercício findo em 31/12/2023. A distribuição de dividendos a acionistas está limitada ao saldo da conta de lucros retidos em moeda local, conforme livros da Companhia. Os dividendos sobre os lucros gerados a partir de 1º/01/1996 estão isentos de retenção de imposto de renda na fonte. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

	2023	2022
(=) Resultado do exercício	14.141	49.914
(-) Constituição da reserva legal (5% do lucro líquido)	(707)	(2.496)
(=) Base do lucro para distribuição do dividendos	**13.434**	**47.418**
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)	3.359	11.855
Dividendos propostos	12.345	39.986
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	**8.987**	**28.131**
Quantidade de ações	18.000.000	18.000.000
Dividendo por ação - R$	**0,6858**	**2,2214**

17. Receita líquida de Venda: A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

		2023	2022
Receita bruta de vendas:	Venda de produtos - mercado interno	340.037	433.416
	Venda de produtos - mercado externo	81.355	80.996
		421.392	**514.412**
Deduções de vendas:	Devoluções e descontos	(581)	(1.915)
	Impostos sobre vendas	(80.325)	(99.528)
		(80.906)	**(101.443)**
	Receita líquida de vendas	**340.486**	**412.969**

18. Resultado por natureza: Reconciliação de despesas por natureza - O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 está demonstrada conforme segue:

	2023	2022
Matéria-prima	(243.327)	(270.780)
Despesa com pessoal	(36.432)	(33.851)
Impostos, taxas e contribuições	(492)	(690)
Depreciação e amortização	(4.558)	(4.043)
Energia	(12.134)	(13.132)
Viagens e Estadias	(200)	(248)
Utilização de Bens e Instalações	(3.038)	(2.947)
Material de Consumo	(614)	(605)
Alugueis e Arrendamentos	(5.325)	(6.640)
Serviços de Comunicação	(79)	(110)
Propaganda e Publicidade	(463)	(407)
Contribuições e Doações	(619)	(902)
Multas e Indenizações	(12)	(2)
Despesas Judiciais	(7)	(27)
Comissões	(1.105)	(1.168)
Fretes e carretos	(7.512)	(12.770)
Despesas com seguros	(2.522)	(2.222)
Ganho do PIS/COFINS - Base de Cálculo ICMS (Nota 7)	-	13.999
Outras Receitas e Despesas	921	(2.003)
Total	**(317.518)**	**(338.548)**
Classificação por função	**2023**	**2022**
Custos dos Produtos Vendidos	(285.706)	(312.017)
Despesas com Vendas	(15.960)	(22.370)
Despesas gerais e administrativas	(16.773)	(16.157)
Outras receitas/(despesas) não operacionais	921	11.996
Total	**(317.518)**	**(338.548)**

19. Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras

	2023	2022
Juros ativos	-	1
Rendimento de aplicação financeira	3.341	3.593
Variação cambial ativa	4.053	6.889
Descontos obtidos	8	17
Receita - PIS/COFINS - base de cálculo ICMS (Nota 7)	-	2.966
	7.402	**13.466**
Despesas financeiras	**2023**	**2022**
Juros passivos	(1.332)	(1.354)
Despesas bancárias	(67)	(93)
Variação cambial passiva	(6.212)	(10.073)
Descontos concedidos	(1.679)	(1.651)
	(9.290)	**(13.171)**
Resultado Financeiro	**(1.888)**	**295**

20. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes: Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Correntes

	2023	2022
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	21.080	74.716
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota de 34%	(7.167)	(25.403)
Incentivos fiscais	64	267
Despesas não dedutíveis	(888)	(2.253)
Ganhos não tributáveis	1.303	3.166
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	**(6.938)**	**(24.802)**
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(6.939)	(24.802)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-
Taxa efetiva	**33%**	**33%**

21. Gestão financeira: Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de riscos é realizada pela Administração da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia. **a) Risco de mercado -** A Companhia está exposta à riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **i) Risco cambial -** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31/12/2023, a Companhia não possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença em fornecedores em milhares de dólares americanos. **ii) Risco com taxas de juros -** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. **b) Risco de crédito -** A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber, principalmente em clientes em situação de recuperação judicial. **c) Risco de liquidez -** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela Administração da Companhia. A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

31/12/2023	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo
Empréstimos	6.276	-	-	-	**6.276**
Fornecedores	6.638	-	-	-	**6.638**
	12.914	**-**	**-**	**-**	**12.914**
31/12/2022	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Mais de cinco anos**	**Valor justo**
Empréstimos	5.785	-	-	-	**5.785**
Fornecedores	12.372	-	-	-	**12.372**
	18.157	**-**	**-**	**-**	**18.157**

d) Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **e) Instrumentos financeiros por categoria**

	2023	2022
Ativos: Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	22.315	28.297
Empréstimo ao custo amortizado		
Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)	32.138	25.140
Passivo: Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos (Nota Explicativa nº 11)	6.276	5.785
Outros passivos financeiros: Fornecedores (Nota Explicativa nº 12)	6.638	12.372

Hierarquia de valor justo - A tabela a seguir, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis):

2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes: Caixa e equivalentes de caixa	22.315	-	-
2022	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos circulantes: Caixa e equivalentes de caixa	28.297	-	-

A Companhia não deteve, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. **f) Qualidade dos ativos financeiros -** A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue: • **Caixa e equivalentes de caixa:** a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas; • **Contas a receber**: referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes, principalmente em clientes em situação de recuperação judicial. **g) Análise dos instrumentos financeiros -** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. A classificação dos ativos e passivos financeiros na Companhia é apresentada a seguir:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo: Caixa e equivalentes de caixa	22.315	22.315	28.297	28.297
Contas a receber	32.138	32.138	31.177	31.177
Passivo: Fornecedores	6.638	6.638	12.372	12.372
Empréstimos	6.276	6.276	5.785	5.785

h) Análise de sensibilidade - Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente (taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil). Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável, e não foi avaliada variações significativas em 31 de dezembro de 2023. **22. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos de incêndio, danos elétricos, responsabilidade civil e outros riscos operacionais. Os seguros são contratados em montantes julgados suficientes pela Administração da Companhia para a cobertura de eventuais riscos existentes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Companhia.

Conselho de Administração
Presidente - William Rogério Nicolau
Vice-presidente - José Pilon
Conselheiros
Valmir Pilon - José Geraldo Antunes
Otávio Pilon Filho - William Marcelo Nicolau

Diretoria
Diretor Presidente - William Nicolau
Diretor Administrativo/Financeiro - José Roberto Pilon
Contador
Luciano José dos Santos Cruz
CRC 1SP172046/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas e Administradores da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.**. Mogi das Cruzes - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis -** Examinamos as demonstrações contábeis da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A. ("Companhia")**, que compreendem os balanços patrimoniais em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.** em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - Os valores correspondentes das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, com relatório datado em 31/03/2023, contendo opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis relacionados ao seguinte assunto: (i) impostos a recuperar e impostos e contribuições a recolher – reconhecimento extemporâneo do crédito tributário da exclusão de ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O referido assunto foi submetido aos procedimentos de auditoria do exercício corrente, e não foram identificados impactos materiais neste conjunto completo de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: § Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; § Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; § Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; § Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; § Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 28 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 031522/F.
Ronaldo Silva dos Santos - Contador CRC 1 SP 228140/O-4

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2024 00:09:22 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site *https://flip.gazetasp.com.br*